

EU SOU É CONDIÇÃO DE EU PENSO: CORRIGINDO DESCARTES

Sirio Lopez Velasco*

Resumo

Neste trabalho defendo a tese de que, contrariamente ao que tem se sustentado até hoje, o primeiro princípio da filosofia cartesiana pode ser legitimado pela lógica clássica, se esta for ampliada pelo operador veritativo de "condicional" (o mesmo que tenho usado para deduzir, por via estritamente argumentativa, explorando a gramática profunda da pergunta "O que devo fazer?", as normas da ética).

Palavras-chave

Cogito, operadores veritativos, lógica clássica.

Na epistemologia contemporânea considera-se que uma teoria amplia o seu grau de comprovação quando além de dar conta do problema, em função do qual ela foi elaborada, contribui para resolver outros, independentes do primeiro.

No que segue desejo mostrar como a fecundidade do operador lógico de "condicional" (diferente do de "implicação") que propus, nos moldes do paradigma da lógica clássica, como ferramenta para deduzir normas éticas dotadas de validade intersubjetiva por via estritamente argumentativa a partir da aceitação e busca de realizações "felizes" (no sentido de John L.

* Sirio Lopez Velasco é professor do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento – FURG. Doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica). E-mail: decsirio@super.furg.br.

Austin, 1962) da pergunta "Que devo fazer?" (Lopez Velasco 1996; para minha primeira apresentação do operador de "condicional" ver Lopez Velasco 1992 e 1994), permite também resolver um capital problema lógico atinente ao "cogito" cartesiano.

Descartes disse no início da quarta parte do Discours de la Méthode:

"Mais... je pris garde que, pendant que je voulais ainsi penser que tout était faux, il fallait nécessairement que moi, que le pensais, fusse quelque chose. Et remarquant que cette vérité: je pense, donc je suis, était si ferme et si assurée, que toutes les plus extravagantes suppositions des sceptiques n'étaient pas capables de l'ébranler, je jugeai que je pouvais la recevoir, sans scrupule, pour le premier principe de la philosophie que je cherchais".

(Ed. Larousse, Paris, 1972).

(Mas percebi que, enquanto que eu queria assim pensar que tudo era falso, era preciso necessariamente que eu, que o pensava, fosse alguma coisa. E vendo que esta verdade: *penso, logo sou*, era tão forte e tão firme que as mais extravagantes suposições dos céuticos não eram capazes de fazê-la tremer, julguei que podia recebê-la, sem dúvidas, como o primeiro princípio da filosofia que eu procurava).

Não tratarei no que segue sequer superficialmente das complexidades epistemológicas que cercam as dúvidas e certezas cartesianas.

Limitar-me-ei ao *status* lógico da passagem realizada por Descartes entre o enunciado "je pense" (eu penso) para o enunciando "je suis" (eu sou).

Tem-se observado que, com base na lógica clássica, a inferência que deduz (via operador de "implicação") o "je suis", a partir do "je pense", não é correta.

Com efeito, dentro do paradigma da lógica clássica, a inferência correta a partir de "je pense" é "Existe pelo menos um x que pensa" (a fórmula sentencial $ax1 \rightarrow \exists x ax$ é uma lei lógica), e não se deduz "je suis" (porque a fórmula sentencial $ax1 \rightarrow bx1$ não é uma lei lógica).

Para contornar esta crítica faz algum tempo foi proposto com bastante astúcia que o "primeiro princípio da filosofia" cartesiana fosse entendido à luz da dimensão performativa da fala revelada por John L. Austin (em Austin 1962).

Eu próprio devo muito à teoria dos *Atos de Fala* elaborada por Austin, pois dela parto na minha proposta de dedução argumentativa das normas éticas a partir da gramática profunda (condições de felicidade) da pergunta que institui o espaço ético-moral, a saber, "Que devo fazer?"

Não obstante creio que o problema do primeiro princípio cartesiano pode resolver-se dentro do paradigma da lógica clássica, desde que o enriqueçamos com um operador, que chamo de "condicional" (e que é diferente do de "implicação").

Para começar quer me parecer de interesse frisar que o "primeiro princípio" de Descartes não está umbilicalmente unido à expressão "donc" que figura na formulação que ele recebe no "*Discours de la Méthode*" (publicado em 1637), na medida em que essa palavra não aparece nas "*Méditations Métaphysiques*" cujo primeiro manuscrito data de 1640 e que foram publicadas, aumentadas com respostas a objeções recebidas, em 1647.

Nesta última versão da segunda das "*Méditations Métaphysiques*" lemos: *Mais il y a un je ne sais quel trompeur très puissant et très rusé, qui emploie toute son industrie à me tromper toujours. Il n'y a donc point de doute que je suis, s'il me trompe; et qu'il me trompe tant qu'il voudra, il ne saurait jamais*

faire que je ne sois rien, tant que je penserai être quelque chose. De sorte qu'après y avoir bien pensé, et avoir soigneusement examiné toutes choses, enfin il faut conclure, et tenir pour constant que cette proposition: Je suis, j'existe, est nécessairement vraie, toutes les fois que je la prononce, ou que je la conçois dans mon esprit. (Garnier Flammarion, Paris, 1979). (O trecho capital diz "...eu penso, eu existo..." e esta passagem dizia na versão latina: "Adeo ut, omnibus satis superque pensitatis, denique statuendum sit hoc pronuntiatum, Ego sum, ego existo, quoties a me profertur, vel mente concipitur, necessario esse verum", in Ibid., p. 78).

Da minha parte sustento que a validade da passagem do "eu penso" a "eu sou" necessita ser repensada a partir do operador de "condicional", ficando aquela validade legitimada nos moldes da lógica clássica assim ampliada (desde que não se considere que os enunciados "eu sou" ou "eu existo" não podem ser interpretados como tais, porque apareceriam como expressões descritivas incompletas à luz da formalização com ajuda do quantificador existencial).

O operador veritativo de "condicional" (que represento por "*") é um operador binário que realiza as transformações veritativas esquematizadas na seguinte tabela:

p I q	p * q
V I V	V
V I F	V
F I V	F
F I F	V

(Essas transformações constituem uma das combinações possíveis no "resultado veritativo" de operadores binários que se apoiem na disjunção exclusiva de dois valores de verdade, Verdadeiro e Falso, mas elas não são realizadas por nenhum dos operadores binários aceitos pela Lógica Clássica).

Na linguagem natural interpreto a sentença complexa (p * q) como "p é condição de q".

Os resultados da tabela veritativa são interpretados como segue:

1. Quando "p" e "q" são verdadeiras, a sentença (p * q) é verdadeira porque ela afirma que a verdade de "q" está condicionada à verdade de "p";
2. Quando "p" é verdadeira e "q" é falsa, a sentença (p * q) é verdadeira porque ela não exclui que sendo "p" verdadeira possa ser falsa "q", pelo qual a falsidade de "q" não desmente a afirmação de que a verdade de "p" é condição da verdade de "q";
3. Quando "p" é falsa e "q" é verdadeira, a sentença (p * q) é falsa porque o fato (simultâneo) de ser "q" verdadeira e "p" falsa demonstra a falsidade da afirmação de que a verdade de "p" é condição para a verdade de "q";
4. Quando "p" e "q" são ambas falsas, a sentença (p * q) é verdadeira porque a falsidade de ambas não desmente quem afirma que a verdade de "p" é condição da verdade de "q" (pelo contrário, lhe dá razão pela "via negativa").

Note-se que o operador de "condicional" respeita os princípios de não-contradição e de terceiro excluído. Isto porque as seguintes fórmulas sentenciais são tautologias:

- a) $\sim((p * q). \sim(p * q))$
- b) $((p * q) \vee \sim(p * q))$

O referido operador também se conforma à propriedade de transitividade. Isto porque a seguinte fórmula sentencial é uma tautologia:

- c) $((p * q).(q * r)) \rightarrow (p * r)$

Agora o "primeiro princípio" pode ser reformulado assim: **Eu sou é condição de eu penso.**

De acordo com a tabela veritativa do operador de condicional, este enunciado somente será falso se o enunciado "eu sou" é falso e o enunciado "eu penso" é verdadeiro.

Na defesa do seu "primeiro princípio", Descartes parece trabalhar com duas convicções:

- a) a de que na sua experiência de ser duvidante tanto "eu sou" quanto "eu penso" são ambos enunciados verdadeiros (sendo esse "eu" o sujeito Descartes), realizando-se então a primeira combinação da tabela veritativa do operador de condicional;
- b) a de que o enunciado "Eu sou é condição de eu penso" é necessariamente verdadeiro (ou seja, não poderia acontecer para nenhum "eu" que, sendo verdadeiro o enunciado "eu penso", fosse falso o enunciado "eu sou").

Para fugir da complicação modal que introduz a alusão ao caráter "necessário", invocado por Descartes, da verdade de seu primeiro princípio, da minha parte me conformo com a tese de que à luz do operador de "condicional" não há motivo para não considerar verdadeiro o "primeiro princípio" cartesiano, até que ocorra sua falseação por via empírica, ou seja, quando fosse encontrado um caso no qual, sendo verdadeiro para $x1$ o enunciado " $x1$ pensa", seja falso para $x1$ o enunciado " $x1$ é".

Assim, agora a passagem do "eu penso" para "eu sou", buscada por Descartes, dá-se através do seguinte raciocínio:

Premissa 1: Eu penso

Premissa 2: Eu sou é condição de eu penso

Conclusão: Eu sou

A esse raciocínio posso associar a forma de raciocínio que segue:

$$\frac{q ; p * q}{p}$$

E essa forma de raciocínio é válida por ser uma tautologia a fórmula sentencial:

$$((q.(p * q)) \rightarrow p)$$

No caso trabalhado por Descartes, uma vez que concedemos a verdade das premissas 1 y 2 (respectivamente, "Eu penso" e "Eu sou é condição de eu penso"), não poderemos escapar de conceder, à luz da lógica clássica enriquecida pelo operador de condicional, a verdade da conclusão (a saber, "Eu sou").

Referências Bibliográficas

AUSTIN, John L. (1962). *How to do things with words*. London, Oxford U. Press, 1984.

DESCARTES, René (1637). *Discours de la Méthode*. Paris, Larousse, 1972.

——— (1647). *Méditations Métaphysiques*. Paris, Garnier-Flammarion, 1979.

LOPEZ VELASCO, Sirio (1992). "O operador lógico de 'condição de possibilidade' e a inexistência do abismo entre 'ser' e 'dever ser'", in *UTOPIA OU BARBÁRIE* N° 1, p. 12-15, AProfurg/Palmarinca, Porto Alegre.

——— (1994). "Ética de la Producción", CEFIL, Campo Grande.

——— (1996). *Ética de la Liberación*, Vol. 1 (Oiko-nomia), CEFIL, Campo Grande.